

O ENFOQUE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Maria Juliana de Souza Alves*

RESUMO:

O objetivo deste artigo é compreender as estratégias de desenvolvimento com enfoque territorial e a experiência do Brasil nesse processo. Para discutir essa questão, é necessário entender os elementos básicos acerca da evolução das ideias de desenvolvimento, suas origens e conceitos, a fim de criar uma base teórica pertinente para envolver a abordagem territorial. Finalmente, busca-se conceber e decifrar os conceitos de território, no sentido de perceber como essa abordagem se manifesta historicamente como estratégia de desenvolvimento no Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento; território; estratégia de desenvolvimento.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to understand the development strategies with a territorial approach and the experience of Brazil in the process. To discuss this issue, it must understand the basics about the evolution of the development of ideas, their origins and concepts in order to create a relevant theoretical basis to involve the territorial approach. Finally, we seek to develop and decipher the territory of concepts, to see how this approach manifests itself historically as a development strategy in Brazil.

Keywords: development; territory; development strategy.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento é extensa e conflituosa. No século XIX, definir o conceito de desenvolvimento tornou-se necessário e ganhou maior importância. O fato de perdurarem as desigualdades sociais e econômicas na época, fez com que as atenções de estudiosos, das mais diversas áreas, se voltassem para o tema (ORTEGA, 2008). Desta forma, inúmeras visões abordando esse conceito foram sendo estabelecidas historicamente. Por esse motivo, não há uma definição exata para o desenvolvimento.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, linha de pesquisa Desenvolvimento, Estado e Agricultura. Artigo apresentado à disciplina de Estratégias de Desenvolvimento como requisito parcial para obtenção de nota. São Luís, 2016.

Para o objetivo deste artigo torna-se interessante compreender as origens, a evolução e o sentido do conceito de desenvolvimento para que se possa envolver a abordagem territorial.

Na busca de um melhor entendimento sobre o tema, o texto está dividido da seguinte forma: além desta introdução, a segunda seção discute o desenvolvimento, suas origens e conceitos, na qual se buscou organizar as diferentes concepções através de algumas vertentes de desenvolvimento; a terceira seção, por sua vez, idealiza a compreensão do enfoque territorial como indutor dos processos de desenvolvimento, para tanto, faz-se necessário o entendimento das definições de território, contextualizando com a experiência do Brasil nos últimos anos; finalmente, apresentam-se as considerações finais.

2. AS ORIGENS DOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Até o final do século XIX, a ideia de desenvolvimento estava ligada aos modelos teóricos de reprodução e formação de seres vivos (RIBEIRO, 2003). Nesse primeiro momento, desenvolvimento está atrelado à evolução e ambos remetiam ao mesmo significado, presos à ideia de algo direcional, relativo a uma atividade em certa medida com um sentido predestinado (FAVARETO, 2006). Com essa associação de desenvolvimento à teoria da natureza, surge uma ideia de visão influenciada pela biologia e sua hipótese de evolução das espécies, que passa a ser cultivada nas sociedades, justificando a necessidade de transformação permanente e a infindável busca por expansão da sociedade capitalista.

Com o advento da Revolução Industrial, nasce uma perspectiva de que a evolução se converteria espontaneamente ao progresso, interpretado pela inclusão dos modos de produção, padrão de consumo e estilo de vida dos países capitalistas (ORTEGA, 2008). A passagem da noção de evolução para progresso marca uma transição histórica, em que o desenvolvimento não estava mais associado aos elementos da natureza, mas, à ascensão e afirmação dos campos disciplinares científicos.

Devido às crises enfrentadas pelo capitalismo no início do século XX, nasce a ideia de crescimento como único meio de solucioná-las. Assim, da mesma forma que ocorreu a redução da evolução ao progresso, este se reduz ao crescimento (FAVARETO, 2006).

2.1.Desenvolvimento como Ideia de Crescimento Econômico

Até o início dos anos 60, era bastante natural associar desenvolvimento à ideia de crescimento econômico, já que os países considerados desenvolvidos eram os que haviam passado por um intenso processo de industrialização, ao contrário das nações subdesenvolvidas. Num contexto em que as crises estavam destruindo a riqueza do ocidente e as altas taxas de crescimento seriam a solução para a melhoria desse cenário, crescimento passou a ser sinônimo de desenvolvimento, tendo o PIB como medida fundamental de sucesso das políticas econômicas.

Os debates acerca de crescimento econômico se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial

Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiam (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Inter-aliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

À medida que se ampliavam os interesses para distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, houve uma expansão de interpretações e modelos propostos acerca da ideia de desenvolvimento. Arthur Lewis (1985), por exemplo, considerou o excedente econômico e a distribuição de renda como elementos essenciais para o desenvolvimento. Nurkse, no mesmo período, apontava o tamanho do mercado como fator limitante do desenvolvimento econômico, defendendo a necessidade de um “crescimento equilibrado”. Por outro lado, Baran (1952) reforçava a presença do Estado

como articulador de políticas públicas, com o intuito de atrair capital externo e melhorar as relações de intercâmbio com os outros países.

Para Solow (1956), não existem limites para o crescimento econômico que não seja a escassez de capital. Ele mostra como a relação entre poupança, crescimento demográfico e avanço tecnológico influenciam a acumulação de capital e o crescimento. Rostow (1960), por sua vez, mesmo acreditando na importância da tecnologia para o crescimento econômico, destaca a ideia de que uma elevação da poupança e dos investimentos em setores líderes impulsiona a economia.

Uma importante contribuição é a da CEPAL, que desenvolveu a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano como alternativa às teorias que tratavam o desenvolvimento como universal, sem atentar para as especificidades histórica e regional. Furtado (1982), ainda, revelou a necessidade de compreender o desenvolvimento como um contexto histórico que precisa de uma própria teorização.

Portanto, há uma considerável diversidade de teorias por meio das quais as propostas desenvolvimentistas interagem, ganham significados e acabam influenciando a elaboração das políticas públicas. Algumas delas serão tratadas mais detalhadamente a seguir.

2.2.Desenvolvimento Econômico como Mito

O tema fundamental dessa teoria é enxergar o desenvolvimento como algo intangível. Isto é, o como um mito, algo impossível de ser alcançado por todas as nações.

Giovanni Arrighi (1997), de modo semelhante àqueles que associaram desenvolvimento à industrialização, associou desenvolvimento à riqueza. Para ele, o desenvolvimento é uma ilusão por considerar impossível que todos os países fossem capazes de acumular riqueza de modo a entrarem no grupo dos países desenvolvidos. O problema dessa teoria está no fato de que são consideradas apenas variáveis

econômicas, deixando de lado os processos histórico-culturais das sociedades (RIVERO, 2002).

Furtado (1974) foi outro autor a considerar o desenvolvimento econômico como mito. A ideia de desenvolvimento como algo a ser alcançado pelos países subdesenvolvidos – por ele chamados de periféricos – pode ser utilizado como uma ferramenta para explicar as formas de dependência. Para ele, o debate acerca do desenvolvimento está baseado na sua universalização e a finalidade é atingir o nível de consumo dos países desenvolvidos (países centrais).

Segundo Furtado, a noção de desenvolvimento econômico universalizado é um mito, já que é pouco provável que os padrões de consumo dos países ricos sejam generalizados em escala planetária. Ainda, coloca que os teóricos que defendem o crescimento não observaram os impactos desse processo no âmbito cultural e ambiental.

Furtado trata também do processo de acumulação como intensificador do hiato entre o centro e a periferia. No centro, existe uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo, enquanto na periferia há uma elevação da desigualdade social. Isso faz com que haja uma ampliação da pressão aos recursos naturais. Neste sentido:

Quaisquer que sejam as novas relações que se constituem entre os Estados dos países periféricos e as grandes empresas, nova orientação do desenvolvimento teria que ser num sentido muito mais igualitário, favorecendo as formas coletivas de consumo e reduzindo o desperdício provocado pela extrema diversificação dos atuais padrões de consumo privado dos grupos privilegiados. Nesta hipótese, a pressão sobre os recursos muito provavelmente se reduziria. (FURTADO, 1974, p. 74).

Furtado conclui que o desenvolvimento econômico é um mito, já que o padrão de vida dos países centrais sempre será privilégio de uma minoria e o custo desse padrão é elevado para o meio ambiente, que acaba sendo extremamente prejudicado, o que segundo ele, levaria a um implacável colapso da civilização. Desta forma, o desenvolvimento para os países periféricos não pode ser realizado.

2.3.Desenvolvimento Econômico como Liberdade

A ideia de desenvolvimento econômico como liberdade vai além do crescimento como fator determinante do desenvolvimento. Nos anos 60, novos indicadores – tais

como pobreza e desemprego – foram incorporados na dinâmica de mensuração do desenvolvimento, o que contribuiu para o alongamento da relação crescimento/desenvolvimento. Posteriormente, dando prosseguimento a essa linha teórica, Amartya Sen incorpora, além dos indicadores citados, a noção de ética a este debate.

Sen (2000) busca explorar o desenvolvimento além da ótica das relações entre o capitalismo e a democracia, abordando problemas de desigualdades, ao tratar de liberdade e cidadania. É indispensável “ver os indivíduos como agentes ativos de mudança e não como recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p. 11). Ele critica a visão de desenvolvimento genuinamente economicista e, ainda que considere o crescimento como fator importante, coloca que a incorporação de outras grandezas é essencial para a compreensão deste processo.

Na visão de Sen, o desenvolvimento pode ser examinado como um processo de amplificação das liberdades reais, constitutivas e instrumentais. A liberdade é central ao processo de desenvolvimento e o que as pessoas podem realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidades. Liberdade, portanto, é o fim e o meio para alcançar o desenvolvimento.

[...] a expansão da liberdade é considerada (1) *o fim primordial* e (2) *o principal meio* do desenvolvimento. Podemos chama-los, respetivamente, o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. [...] a relevância do papel instrumental da liberdade política como um *meio* para o desenvolvimento de modo nenhum reduz a importância avaliatória da liberdade como um *fim* do desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 55-56).

Para Sen, o desenvolvimento incide na extinção de todas as limitações de escolhas e oportunidades dos agentes econômicos. Para que isso aconteça, é necessário que as principais fontes de privação de liberdades – como pobreza, falta de acesso a bens e serviços públicos, carências econômicas e sociais, Estados opressores, etc. – sejam eliminadas. Uma melhoria nessa situação pode ser encontrada através da elevação da renda per capita, embora não seja suficiente. Assim, segundo este autor, é necessário que o foco não seja apenas o caráter econômico, mas sim, que haja um alargamento dos direitos sociais, políticos e culturais da sociedade.

Além das teorias citadas aqui, há ainda, entre outras vertentes, a do desenvolvimento institucional, calcada na visão de crescimento econômico, considera as instituições como fundamentais ao processo de desenvolvimento e ainda, a ideia de desenvolvimento sustentável.

3. O ENFOQUE TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

“Nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional recebeu influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico” (BRANDÃO, 2003), levando a um deslocamento da escala internacional e nacional para a regional. Foi o período de auge da Economia do Desenvolvimento e, como o destaque era dado à esfera nacional, aspirava-se maior interesse em eliminar as desigualdades nesse âmbito.

Com a crise do desenvolvimentismo e a crescente propagação do neoliberalismo, nota-se um declínio da política regional, e consequentemente, da “região” como foco de atividade política. Neste momento, surgem os questionamentos sobre a qual escala de atuação política dar prioridade. “É neste contexto que ganha relevo o território, agora como uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e limites do aporte regional” (SHNEIDER, 2004).

Shneider (2004, p. 102) ressalta:

O território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc.

O entendimento em torno da descentralização do planejamento público e da necessidade de um processo de desenvolvimento mais inclusivo começou a ganhar destaque, levando à conclusão de que apenas o crescimento econômico não seria suficiente para distribuir riqueza pra toda a sociedade. Desta forma, os países começaram a passaram a atentar-se às consequências do processo de crescimento na

vida dos cidadãos, pois a saída neoliberal não foi suficiente para resolver as crises das últimas décadas. À palavra desenvolvimento foram incorporados vários adjetivos, entre eles: social, humano, regional, local e territorial (BONENTE; ALMEIDA FILHO, 2007).

Assim, na década de 90, os debates acerca do desenvolvimento regional se intensificaram, destacando as estratégias de desenvolvimento que adotavam o enfoque territorial, baseado numa gestão descentralizada, já recomendada pelos organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, FMI, Cepal, entre outros.

No Brasil, essa temática ganhou maior importância dentre as políticas públicas e no âmbito acadêmico – especialmente a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tais políticas, ao serem trabalhadas na esfera social, baseavam-se nos artifícios compensatórias, sem a abertura participativa à sociedade civil.

3.1. Concepções de Territórios

Compreender os significados de territórios é fundamental para o entendimento da concepção de desenvolvimento territorial. Há diversas variações conceituais de território, o que intensifica a dificuldade em validar somente uma concepção. A respeito do significado da palavra território, etimologicamente, deriva da expressão em latim “territorium”, e denota “terra que pertence a alguém”, e tem duas conotações: uma materialista (de terra) e outra simbólica (de terror e/ou posse).

O aspecto simbólico, que relaciona território com posse, é fundamentado nas relações de espaço-poder e atrelado ao Estado e suas atividades políticas (FREUND, 1977). Nessa acepção, território é visto como “um espaço de poder instituído” (ARAUJO, 2003) sujeito a um Estado que exerce total poder sobre esse espaço e seus cidadãos.

Desta forma, o território é tomado como um espaço em que, ainda que exista interação social e cooperação entre os agentes, é também um ambiente de dominação e

poder, onde as relações sociais são socialmente estabelecidas através da constituição de categorias sociais e de lutas pelo poder (SCHNEIDER, 2009).

Outro aspecto relaciona território como espaço de identidade, considerando a perspectiva local e valorizando a idealização de vínculos sociais entre os indivíduos que o ocupam. Nesse sentido, o território se estabelece através da identidade dos indivíduos em relação ao lugar que ocupam.

Ainda, segundo o MDA (BRASIL, 2003, p. 4), território é conceituado como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam, interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Nota-se então, que o território pode se organizar a partir do ponto de vista material, simbólico, cultural, etc., a partir de uma ampla variedade de estratégias e possibilidades de interações. O território resulta justamente dessas interações e se edifica através dos elos entre as estruturas sociais.

3.2. O Enfoque Territorial no Brasil

A trajetória dos modelos de desenvolvimento praticados pelo Brasil, historicamente, é marcada pelo crescimento econômico e setorial, o que motiva a organização espacial das atividades econômicas, bem como a concentração territorial e a eclosão dos centros urbanos. Consequentemente, há um aumento das desigualdades sociais e da exclusão, somado a um processo de discriminação regional. Nessa lógica, uma estratégia baseada exclusivamente no crescimento econômico não é satisfatória para promover o desenvolvimento.

Devido às críticas a esse modelo de desenvolvimento – que cria riqueza através da produção de miséria e degradação ambiental – e com o advento da ideia de sustentabilidade, nos últimos anos, novas perspectivas e estratégias de desenvolvimento surgiram, tais como o enfoque regional, local e territorial.

Desde o século XX, principalmente com a criação de agências de desenvolvimento, tais como Sudene, Sudam e Sudeco, é possível notar a presença da estratégia de desenvolvimento regional no Brasil. O governo agiu como impulsionador, instituindo incentivos fiscais e atraindo capital e empreendimentos para as regiões mais carentes do país (ROCHA, 2008).

Nas décadas de 70 e 80, como uma crítica à eficácia da estratégia regional, surgem as forças locais como fator essencial para o processo de desenvolvimento. A abordagem local evidencia a descentralização política e o governo não mais como agente central do desenvolvimento (ROCHA, 2008).

Na década de 2000, mais críticas foram integradas a essa abordagem e ao conceito de desenvolvimento local foi incrementada a noção de território. A compreensão de desenvolvimento territorial demonstra-se pela necessidade de integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas de intervenção (SILVA, 2005).

A partir do Governo Lula, como mencionado anteriormente, tem início uma intensa valorização do enfoque territorial, por intermédio de estratégias significativas, com destaque para: o Projeto de Gestão Ambiental Rural (GESTAR); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; a Agenda 21; o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais; o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Programa Territórios da Cidadania.

Ao todo, foram 59 programas governamentais que apresentavam características territoriais (FAVARETO, 2009), classificadas, segundo Favareto, em quatro tipos: políticas nacionais de desenvolvimento territorial; políticas territoriais com denominação territorial e enfoque setorial; políticas estaduais de desenvolvimento territorial e políticas estaduais com abrangência territorial e enfoque setorial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito desenvolvimento ainda é muito relevante, mesmo com as incontáveis abordagens conflituosas. O interessante é como o processo de desenvolvimento mostra-

se capaz de favorecer a intensificação de recursos e a concentração de sujeitos sociais e políticos para desenvolver a coletividade, aumentando a liberdade dos indivíduos, e promovendo a sustentabilidade. A articulação destas abordagens torna-se fundamental para a compreensão territorial do desenvolvimento.

A abordagem territorial apresenta características multiescalares, multidimensionais e multiformes (MULS, 2008). Isso significa que não é suficiente apenas defender o local ou substituir a concepção de região por território para solucionar os problemas do desenvolvimento econômico.

É indispensável assumir que as estratégias de desenvolvimento territorial são particulares e essenciais (COCCO; GALVÃO; SILVA, 1999). Isto é, os territórios dispõem de características econômicas, políticas, culturais e sociais singulares, tanto no âmbito geográfico, como histórico. As políticas de desenvolvimento territorial são ideias coletivas, construídas com na integração do local ao global, destacando a capacidade de articulação dos territórios em múltiplas escalas.

Em suma, o que se pode concluir é que este novo enfoque pode denotar uma nova relação entre ambiente e sociedade, já que é a demonstração de uma nova ruralidade, que se baseia não mais unicamente na produção de bens primários, mas também na estreita relação entre urbano e rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Tania Bacelar. **Território, desenvolvimento rural e regional**. Anais do I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento rural e Democracia. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Fortaleza, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BARAN, Paul A. Sobre a Economia Política do Atraso. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Sessenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2 volumes, 2000.

BONENTE, Bianca I.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Há uma Nova Economia do Desenvolvimento? In: ORTEGA, Antonio C. (Org.). **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.56-77. 2004.

COCCO, G. GALVÃO, A. P.; SILVA, M. C. P. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, A.; COCCO, G.; GALVÃO, A. P. (Org.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 12-32.

FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão – Do Agrário ao Territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental; Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. da S. Retrato das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Brasil. Documento de Trabajo N° 26. **Programa de Dinámicas Territoriales Rurales**. Santiago/Chile: Rimisp, 2009.

FREUND, J. **A sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1977.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1974.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEWIS, W. Arthur. O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do**

Subdesenvolvimento Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

MDA. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Documento Institucional do MDA nº 3. Brasília. 2005.

MULS, Leonardo M. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território**: O conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. *Revista Economia*. Brasília: v. 19, n. 1, p. 1-21, 2008.

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do Subdesenvolvimento** Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento. **Revista da FAE. Curitiba**: v. 5, n. 2, p. 37-48, mai./ago. 2002.

ORTEGA, Antonio C. **Territórios Deprimidos**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: EDUFU, 2008.

RIBEIRO, Flávio D. **Desenvolvimento como Evolução**. *Revista de História*, n. 148, p. 157-204, 2003.

RIVERO, Oswaldo. **O mito do desenvolvimento**. Os países inviáveis no século XXI. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

ROCHA, Juliana Dalboni. **Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semi-árido brasileiro**. Tese (doutorado). CDS/UnB. Brasília. 2008.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth - A Non-Communist Manifesto**. Londres: Cambridge University Press, 1960.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colômbia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-107.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, Roberto Marinho A. **Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário**. Brasília – DF, maio/2005.

SOLOW, Robert. **A Contribution to the Theory of Economic Growth**. *Quarterley Journal of Economics*, n 70, p. 64-65. 1956.